



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I: CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUCIENE NAZARÉ SILVA

**(DES) CONSTRUINDO A IDENTIDADE NACIONAL:
UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO**

CAMPINA GRANDE – PB

2012

LUCIENE NAZARÉ SILVA

**(DES) CONSTRUINDO A IDENTIDADE NACIONAL:
UM ESTUDO HISTORIOGRAFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Ms. Maria José Silva Oliveira

CAMPINA GRANDE – PB

2012

S586d Silva, Luciene Nazaré.

(Des) construindo a identidade nacional
[manuscrito]: um estudo historiográfico /Luciene
Nazaré Silva – 2012.

18 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Me. Maria José Silva Oliveira,
Departamento de História”.

1. Identidade Nacional 2. Historiografia 3.
Construção. I. Título.


21. ed. CDD 305

LUCIENE NAZARÉ SILVA

**(DES) CONSTRUINDO A IDENTIDADE NACIONAL:
UM ESTUDO HISTORIOGRAFICO**

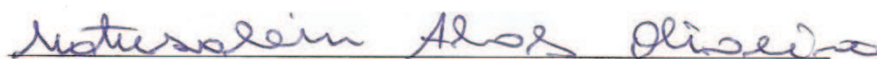
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de licenciado em História.

Aprovada em: 19/10/2012



Profa. Ms. Maria José Silva Oliveira

Orientadora



Prof. Ms. Matusalém Alves Oliveira

Examinador



Prof. Esp. Anselmo Ronsard Cavalcanti

Examinador

(DES) CONSTRUINDO A IDENTIDADE NACIONAL: UM ESTUDO HISTORIOGRAFICO

SILVA, Luciene Nazaré¹

RESUMO

Este artigo é resultado dos estudos e pesquisas realizadas no componente curricular Historiografia Brasileira, do curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba. A proposta central dessa análise, é pensar a identidade nacional como construção ideológica e por isso, uma ‘celebração móvel. Para analisar a construção da identidade nacional, discutiremos previamente o conceito de identidade. Stuart Hall (2003) apresenta três concepções: O sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico, e o sujeito pós-moderno. A partir do sujeito pós-moderno, a identidade se pluraliza e a forma de assimilação dessa identidade também. Uma das formas de receber esses códigos de representações é a identidade nacional. O Estado se utiliza do poder simbólico e ideológico para construir uma identidade, se sustentar e se diferenciar das demais nações. Essa preocupação se delinea mais claramente a partir do Segundo Reinado com a finalidade de enquadrar a nação sob o mesmo conjunto de signos, para esse propósito, fundam-se órgãos como o IHGB e o Colégio Pedro II. Em 1844, Von Martius escreve “Como Se Deve Escrever a História do Brasil, com a tese de aperfeiçoamento das três raças: o branco, o índio e o negro; Posteriormente, muitas obras traziam a questão racial em foco, mesmo na década de 1930, com a emergência de uma nova forma de escrita. Com a República Nova, o Estado cria o Conselho Nacional de Estatística e esse órgão divide o Brasil em cinco regiões, essas atualizações não se dão aleatoriamente. No final do século XIX, mudanças redefinem a economia mundial para um modelo mais dinâmico, menos agrário, faz com que o Nordeste, perca espaço para o sudeste, que passou a ter maior destaque econômico e político, e passou a representar a ideologia nacional. Idealizando um projeto de nação, o Estado utiliza o poder simbólico e ideológico para criar laços de pertencimento da parte com o todo, para isso utiliza-se de intelectuais e órgãos que expressem valores nacionais. Dentre os intelectuais que escreveram sobre a formação social brasileira, nos deteremos as obra História Geral do Brasil de Varnhagen, Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre e Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Os discursos destes autores e seu lugar social são importantes para compreendermos como emergem os discursos de identidade e as concepções distintas sobre as raízes da formação social brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Nacional - Historiografia - Construção

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

1-Introdução

Pensar a Identidade Nacional como um fenômeno pronto e acabado é fechar os olhos para fluidez das relações sociais e históricas, portanto, desconsiderar todo o processo histórico pelo qual se forjaram os conceitos. Este artigo é resultado dos estudos e pesquisas realizados no componente curricular Historiografia Brasileira, do curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba, ministrado pelo professor Alberto Edvanildo Sobreira Coura, no período de agosto a dezembro de 2008. Os textos e trabalhos realizados na disciplina nos levaram a uma inquietude em torno das produções historiográficas que corroboraram para assimilação das representações sobre o que entendemos por nação, desse modo, esse artigo é uma síntese dos resultados aos quais chegamos a partir de questionamentos, leituras, seminários, avaliações e pesquisas desse componente curricular.

Para analisar a construção da Identidade Nacional, precisamos previamente, discutir o conceito de identidade. Embora esta seja uma questão que vem sendo intensamente discutida por vários estudiosos na teoria social, essa temática sempre permite novas discussões e interpretações, como as que foram realizadas durante as aulas de Historiografia Brasileira.

Stuart Hall (2003) nos apresenta três concepções de identidade: A primeira concepção consiste no que chamou de sujeito do iluminismo; centrado, unificado e dotado de razão, nascia e se desenvolvia, mas, essencialmente era o mesmo, a identidade era algo individual. A segunda concepção, o sujeito sociológico; que tinha sua identidade formada através da interação do eu e da sociedade, sua identidade era o resultado da relação que o sujeito estabelecia com os outros. Nesta concepção, a identidade não é individual, começa a refletir a complexidade desse sujeito moderno, em um diálogo contínuo com os mundos culturais 'exteriores' e as identidades que esses mundos oferecem. Há uma ligação, uma 'sutura' entre o individual e o coletivo. Essa visão gera uma unificação com o meio externo, tornando a identidade algo previsível. Justamente essa unificação e previsibilidade vêm sendo questionada com a sua terceira concepção de identidade, o sujeito pós-moderno; caracterizado pela ausência de uma identidade fixa e permanente.

A unificação da identidade vem se esfacelando, se pluralizando, se fragmentando e apresentando caráter contraditório. “ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo que é solido desmancha no ar.’” (BERMAM, 1986, p. 15). Esse processo de esmigalhamento dá-se a partir de mudanças estruturais e institucionais ocorridas na sociedade. A identificação com os meios externos para a formação de identidade foi tornando-se mais provisório e problemático.

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2003, Pg.13).

À medida que recebemos informações externas e nos identificamos com ela, formamos uma nova identidade, que não será fixa, mas, descentralizada, fragmentada, fugaz. E, uma das formas de receber esses códigos de identificação, é sem dúvida a identidade nacional, que se forja como elemento de alteridade, no intuito de se diferenciar das demais nações e povos

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. (HALL, 2003, pg. 61-62)

Para tecer algumas considerações sobre a identidade nacional, Gontijo (2003) de modo semelhante a Hall, apresenta a identidade como algo fluido e desse modo, em constante evolução.

A identidade nacional pode ser compreendida como uma construção histórica, resultante de um processo que atribui significado e sentidos a uma “comunidade imaginada”. Esse processo é contínuo e sujeito a inúmeras invenções, re elaborações e disputas em torno de alguns aspectos que poderão servir para diferenciar uma nação de outras: as línguas, as tradições, a história etc. Assim a identidade nacional precisa ser continuamente reinventada e reinvestida de significados e sentidos, a partir de situações históricas específicas. (CONTIJO, 2003, p.55)

Pensar a identidade nacional não é algo fácil. Uma preocupação que surge mais claramente no Segundo Reinado (1840 – 1889) teria a função, entre outras, de adequar todos sob o mesmo signo, um conjunto de símbolos aos quais todos os indivíduos deveriam impreterivelmente se identificar e mais que isso, se enquadrar.

Um momento de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais precisa de algo maior que “apaziguar-se” e “pedagogiza-se” a sociedade. Cláudia Pereira de Vasconcelos (2005) afirma que nunca foi fácil no Brasil, para a elite local detentora do poder, aceitar a multiplicidade e a diversidade de vozes e presenças que constitui o vasto território brasileiro.

Os sentimentos ambivalentes de fascínio e repulsa, preconceito e aceitação, envolvimento e distanciamento e a dificuldade de reconhecimento do outro em si mesmo compõem a história da construção da identidade nacional. (VASCONCELOS, 2005, p.01)

O Estado, juntamente com a elite fundam instituições a fim de divulgar amplamente os valores e idéias de brasilidade; É criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, e aproximadamente um ano antes, o colégio Pedro II, designado até a década de 1950 como “Colégio Padrão do Brasil”; seu programa de ensino servia de modelo a ser seguido pelos demais colégios. Seguindo o currículo do Colégio Pedro II, justificavam seus certificados de qualidade de ensino. O IHGB era responsável pelas pesquisas realizadas no campo da História, Geografia e Ciências Sociais e o Colégio Pedro II trazia essas pesquisas para seu currículo e transmitia aos demais colégios. Através desse programa de ensino a história e o ideário da elite se encontram e se justificam, apregoando a brasilidade aos quatro ventos.

Em 1844 Von Martius na obra “Como Se Deve Escrever a História do Brasil” trás a tese de aperfeiçoamento das três “raças” que formaram a sociedade brasileira; o branco, o índio e o negro. E as produções historiográficas sequenciais trazem a questão racial em foco, às vezes enaltecida outras, rebaixada, dando a esta um caráter passageiro ou como expressão máxima da brasilidade, negociando essa questão sob o cambio que fosse possível. Desejando o embranquecimento do Brasil, como trabalhou Varnhagem na obra História Geral do Brasil (publicada em dois tomos 1854 e 1857) ou naturalizando romanticamente os espaços sociais como Gilberto Freyre com Casa Grande e Senzala (1933), que apresenta à problemática das raças que formaram a nação brasileira, colocando ‘tudo no seu devido lugar’, branco, negro e índio. Cada uma delas em seu lugar supostamente natural, produzindo o mito da democracia racial.

O que foi produzido sob o título de nação brasileira era uma bricolagem; uma profusão de características que perpassa questões étnicas, políticas, de gênero, religião, região entre outros.

Na atualidade, as questões são ainda mais plurais visto que

Somos cerca de 180 milhões de indivíduos, extremamente diferenciados geográfica, social, econômica, cultural, sexual, futebol, musical, racial, lingüística, política, grupal, residencial, salarial, escolar, esteticamente etc. Somos muito diferentes e vivemos em continua mudança, dispersos, difusos, solitários, isolados. (REIS, 2006, p. 125)

Portanto, se a crise de identidade do sujeito afeta seu sentimento de pertencimento ao ponto dele mal se reconhecer em si, como apreende-lo em algo tão amplo e complexo como a identidade nacional que se impõe ao ‘ser brasileiro’? Quando autores como Marx, Freud e Nietzsche pulverizaram a idéia de racionalidade cartesiana do sujeito, emergem lacunas que antes não eram percebidas, pois permaneciam sob a ‘tranquilizadora’ resposta essencialista naturalizante. Quando pensadores como os supracitados se inquietam com essa tranquilidade, ganham força os discursos não-essencialistas da virada pós-moderna onde há muito mais pergunta do que resposta.

José Carlos Reis (2003) em uma leitura de Stuart Hall vê a questão identitária sob o prisma das construções e desconstruções, significações e re-significações.

A proposta pós-moderna consiste segundo essas leituras, em pensar a identidade nacional como algo negociável, o que Reis (2006) chama de ‘negociação de reconhecimento’ propondo uma reflexão: Quando o sentimento de pertencimento me arrebatava? Mais uma vez demonstrando o caráter fluido do conceito que nos afeta quando nos trás alguma utilidade ou nos atinge de algum modo. Um constante jogo de interesses individual ou grupal que para os não-essencialistas seria sempre algo negociável onde “os jogadores precisam se adaptar aos diferentes jogos, precisam se reinventar a cada jogada e nunca aceitarem uma posição antecipada de derrota” (REIS, 2006, p 115). Percebemos assim, como esse sentimento de pertencimento pode ser algo negociável.

Antonio Jorge Siqueira (2000) mostra que a preocupação com os discursos de identidade surgem em momento de incertezas: Mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais. Entre essas transformações esta a Guerra Cisplatina e a expansão cafeeira

associada à abolição da escravidão. Portanto, houve uma ressignificação da representatividade do país, embora ainda houvesse um enorme fascínio pela vastidão do território brasileiro, havia a preocupação de se estabelecer uma unidade. As muitas rebeliões ocorridas em todo o Brasil, ao longo dos anos, tornavam visíveis suas diferenças e insatisfações, uma previsão de que não seria fácil torná-los uma unidade hegemônica. A preocupação com a identidade nacional surge com o final da monarquia e com as dificuldades na efetivação do Regime Republicano e domínio de um território tão vasto

Novas e velhas representações explicitadas por também novos e velhos discursos em torno do novo que se projetava, do passado que se exorcizava, algumas vezes com clareza, outras com muitas tergiversações e incertezas. Como aquelas que significavam o desenho que se concebia como nacional e do que se defendia como regional. (SIQUEIRA, 2000, p. 01)

Até o final da República Velha (1822-1930), o território nacional se dividia entre províncias e posteriormente estados do Norte e do Sul. Com a criação de órgãos como o Conselho Nacional de estatística, que apresentou uma nova divisão do territorial do Brasil em cinco regiões. No entanto, antes da divisão do território nacional ser definida como se encontra atualmente, o Nordeste também passou por algumas atualizações territoriais em 1938, 1942 e 1960, tornando notório um jogo de interesses políticos e ideológicos em torno da definição regional; se o conceito de região fosse apenas refenciado pela natureza essas atualizações não fariam sentido.

A regionalização esta intimamente ligada às tramas e tessituras do poder. Mesmo se localizando espacialmente, a região congrega outra dimensão de espaço. Mais que um espaço geográfico, há um espaço histórico, palco de discursos, dizibilidades e visibilidade, responsáveis pela criação, recriações e dissimulações de realidades. Existe então a necessidade de se reinventar discursivamente, não é preciso apenas criar uma identidade para região/nação; é preciso sustentá-la. Isso ocorre numa freqüente metamorfose tanto no sentido político, econômico, geográfico, ideológico: um conjunto de fenômenos que agem num turbilhão, sustentando, derrubando, ressignificando os discursos pondo um ou outro numa posição de destaque, nem sempre positivo, mas, a serviço de pessoas ou grupos num jogo complexo de interesses.

No final do século XIX, o Nordeste, que tinha papel de destaque na economia com a produção de açúcar, gradativamente perde espaço. Há um crescente acúmulo de capital no Sudeste isso em função de crescimento do valor do café, e bem antes disso,

Minas Gerais, com a exploração do ouro começou o processo de mudança econômica e social. Isso representa também uma mudança no modelo econômico mundial, que era baseado no acúmulo de capital, e posteriormente passou a seguir um modelo mais dinâmico, menos agrário e mais industrial.

Segundo Antonio Jorge Siqueira (2000), diante das modificações econômicas e sociais começou-se a gestacionar uma identidade nacional homogeneizante e homogeneizadora. Através das diferenças encontradas na pesquisa, percebemos divergência nos discursos “segregacionistas, da parte de algumas, e homogeneizantes, de outras, na contracorrente da definição e consolidação do nacional” (SIQUEIRA, 2000, p 02).

Uma vez que o Sudeste passou a ter maior destaque político e econômico, tornou-se mais e mais detentor do discurso nacional, gradualmente, esse mesmo movimento redefiniu o espaço discursivo do Nordeste, que passou a ser apresentado como parte de outro Brasil. Andrade (2010), explica de forma sucinta como esse processo se deu

Os conflitos ocasionados pela eleição da região formadora de nossa identidade ocultava algo de muito maior relevância: a região eleita representava o núcleo de suas interpretações para a integração Nacional [...] O Estado foi certamente um dos integrantes mais ativos na formulação de identidades, porém isso não significa que o povo se submeteu a tudo o que a elite governamental propunha. Toda representação pressupõe, consentimento, ou seja, era o povo quem legitimaria ou não os projetos de identidade nacional. Em síntese, apesar das divergências entre autores quanto aos interesses, conceitos, importância e existência da Identidade Nacional, ela ainda está presente nos dias de hoje, seja ela utilizada como um instrumento de exaltação da nação ou como um recurso do poder simbólico, no qual se tornou um mecanismo para unir os ditos iguais e excluir ou submeter o outro, considerado diferente, o inimigo incômodo, estando ele em território alheio ou não. (ANDRADE, 2010, p.10)

Segundo Iara Andrade, não foi por meio de força, mas de consentimento que a identidade nacional foi introjetada, e se os interesses do Estado estavam na região Sudeste, era de lá que tinha que partir os discursos e símbolos representativos não de uma região, mas, de da nação. “Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crê sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças” (PESAVENTO, 2005, p.127)

O Estado, idealizando um projeto de nação, utiliza-se do poder simbólico para sustentar-se, mas, em função da natureza dinâmica dos conceitos, estará sempre se reinventando pela necessidade de reconhecimento da parte com o todo

A identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e se estabelece à diferença [...] é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro. (PESAVENTO, 2005, p.90)

Para esse propósito, o Estado utilizava intelectuais para que criem símbolos de identificação, obras que expressassem valores nacionais, colocando toda a nação contraditoriamente em baixo das mesmas representações, causando estranhamentos em função da multiplicidade de identidade que são silenciadas ao eleger uma identidade que se quer única e absoluta, muitas vezes apelando para o sentimentalismo, patriotismo, preconceitos.

Dentre os cientistas sociais estudados na disciplina, nos deteremos a Varnhagen, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda três nomes que deram suas contribuições ao que compreendemos como nação até os dias atuais.

2- A construção da identidade brasileira a partir do pensamento de Gilberto Freyre, Varnhagen e Sergio Buarque de Holanda

Segundo foi possível compreender a partir das discussões do componente curricular Historiografia Brasileira, Gilberto Freyre e Varnhagen traçaram cada um em seu período, respectivamente década 1930 e 1850, em elogio a colonização portuguesa. Através das leituras realizadas, a diferença mais notável entre Freyre e Varnhagen gira em torno da escravidão do negro; Enquanto Varnhagen abomina a presença negra no Brasil colonial, que para ele sujou a “raça pura brasileira” e o sistema escravista e latifundiário que o desagrada por ter trazido consigo o negro.

Ele lamenta não se ter adotado o sistema de doações de terras a agricultores europeus... também propôs a servidão com o negro, sugerindo ter uma resistência maior a escravidão do que ao próprio negro. Se esta não aceitava a escravidão, era, sobretudo, porque ela implicava a presença negra no Brasil. O latifúndio e a escravidão seriam mais toleráveis se o escravo fosse o índio (REIS, 2000, pg.56)

No entanto, Freyre vê tanto o sistema como a presença do negro, uma verdadeira riqueza. Ele entende que a presença negra foi o que tornou possível a efetiva colonização, já que o povo indígena demonstrou ser fraco para as tarefas, arreado e preguiçoso não tinham a mesma capacidade que os negros. Nesse sentido, Varnhagen tinha a mesma visão, para ele o índio era um ser incapaz, sem animo para o trabalho. E por essa incapacidade a presença do negro foi tão frutífera, uma vez que sua cultura rica, alegre, terna, bela e sensual eram elementos valiosos para a formação da cultura nacional.

Em sua obra Gilberto Freyre adota a conceito de cultura, Varnhagen usa o conceito de raça. O que é possível compreender se considerarmos que há uma distancia de quase um século, além do lugar social do autor e o momento que as obras foram escritas. Sobre a diferença na escrita desses dois autores Reis (1999) explica:

A diferença entre Varnhagen e Freyre nesse aspecto talvez se explique pelas datas das suas obras: em 1850, Varnhagen formulava uma visão ainda portuguesa do Brasil, enfatizando a ação da família real; Freyre, em 1930, enfatizando a ação da família rural formula uma visão luso-brasileira do Brasil, a visão das elites descendentes dos descobridores, que admiram e reverenciam a memória daqueles que criaram este mundo nos trópicos para ela. Há também uma diferença teórico-metodológica essencial: nos anos 1850, predominava uma história político-administrativa e biográfica, valorizando as ações e documentos oficiais; nos anos 1930, aparece uma "história nova", econômico-social-mental, que valoriza as iniciativas coletivas, anônimas, inconscientes, não-oficiais, reveladas por uma documentação maciça, múltipla, interdisciplinar. Freyre é um dos pioneiros dessa nova história (Burke, 1991). (REIS, 1999, p. 71 – 72)

Freyre produz uma obra mais ampla e plural que Varnhagen. Sendo possível perceber a valorização das culturas, principalmente a cultura negra, isso por que no momento da sua escrita o escravismo esta em baixa, e a miscigenação se alastrava. Para ele, a base da cultura nacional precisava da contribuição indígena, negra e européia tornando-a harmônica.

Varnhagen executou na sua escrita, um trabalho-arquivo a fim de reunir informações e conhecimentos para promover o elogio da colonização portuguesa, produzindo uma visão histórica que perdura até hoje, tanto nos livros didáticos quanto no imaginário nacional. Faz-se necessário frisar o seu amor pela Família Real Portuguesa que o fazia amar o Brasil, mas, vendo-o com os valores portugueses. A sua obra tem grande participação na produção do imaginário da nação até os dias atuais, sendo de grande importância na construção de uma memória nacional. O ponto central da sua obra é a atuação dos portugueses na formação do Brasil colônia, o índio e o negro são citados, mas, o legado português é exaltado como presença de importância superior. Na sua escrita há ainda um perceptível olhar católico e um notório desejo de embranquecimento e do ‘esquecimento’ do passado mestiço.

O livro *Historia Geral do Brasil*, em seus dois tomos, 1854 e 1857 deu origem a um enredo temático que constituiu um modelo de cronologia constantemente encontrado em livros didáticos desde meados do século XIX. Sua escrita é permeada pelo seu lugar social e de sua prática enquanto historiador e pesquisador do IHGB.

Sergio Buarque de Holanda escreve *Raízes do Brasil* (1936), apenas três anos depois de *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, e também faz uma análise das origens do Brasil em Portugal e no latifúndio escravocrata ou na família patriarcal rural. Na sua obra, Sergio Buarque sugere a existência de três elites: Patriarcal rural, patrimonialista e a burguesia paulista de base cafeeira. Para ele, “o Brasil está passando por ‘uma grande revolução’ desde meados do Século XIX, que tem na elite cafeeira e em setores urbanos mais amplos da sociedade sua base” (PEREIRA, 2000). Ou seja, no momento da sua escrita, o Brasil está em pleno processo revolucionário, no entanto, esse movimento se dá em marcha lenta, em função do desconhecimento e desinteresse que alguns tinham pela ‘revolução brasileira’. Sua proposta não era de uma revolução futura, mas, da efetiva participação do povo brasileiro em prol de uma mudança.

A revolução que Holanda acredita que está ocorrendo é lenta e trata-se da transição da sociedade rural para a sociedade urbana; a mudança de um sistema ibérico (agrário/agroexportador) para um sistema americano (urbano/capitalista).

A nossa revolução liquida o passado, adota o ritmo urbano e propicia a emergência de camadas oprimidas da população, únicas capazes de revitalizar a sociedade e dar-lhe um sentido político. Ela significará a

ruptura com as oligarquias rurais e o advento de novos sujeitos urbanos. (REIS, 2000, pg. 136)

Para Sergio Buarque de Holanda, esse processo revolucionário tem na década de 1930 seu ponto de partida e tinha como centro de mudanças as cidades e o sentido da revolução seria o aniquilamento das raízes ibéricas na cultura Brasileira. Ele deseja um Brasil de direitos igualitários sem protecionismo paternalista, que ocorreria mais efetivamente quando os fundamentos da vida social brasileira mudassem. Não sendo um processo contra a elite, mas, um movimento vertical, com a participação e esforços de todos em prol do aperfeiçoamento da nação como sugere Reis (2000):

Uma racionalização progressiva da sociedade tradicional, dominada por valores afetivos, familiares; uma modernização baseada na separação entre o afetivo/privado e o racional/ pública. A modernização representaria uma mudança de mentalidade e de um estabelecimento de regras universais que atingissem a todos, independente de sua origem familiar e de suas relações pessoais e políticas. (REIS, 2000, p. 122)

A revolução seria essencialmente comportamental, O “homem cordial” seria um tipo ideal, que tragicamente na visão dele, não existe, visto que segundo sua interpretação das bases e raízes do Brasil, havia a impossibilidade da formação de um espaço verdadeiramente público e racionalizado, impossibilidade que se devia ao legado português no Brasil. Seu ranço com a presença desse legado dava-se por que aos seus olhos

Ele ignora fronteiras, é espaçoso, invasor, aceita riscos, ignora obstáculos e , quando os encontra, transforma-os em trampolim. É audaz, imprevidente, criativo, ocioso e vê longe. Quer a recompensa sem esforço. Não visa à estabilidade, à paz, à segurança pessoal. (REIS, 2000, p.125)

Holanda almejava uma sociedade na qual, todos pudessem ter espaço para se expressar dentro padrões comportamentais e consensuais, ou seja, todos tivessem direito a cidadania: acredita no progresso e na evolução social como resultado da superação do passado brasileiro, da sua forma antiquada de colonização pelos povos ibéricos. A Revolução de 1930 foi um momento onde os intelectuais já não querem seguir idéias

estrangeiras que se infiltram e mascaram a realidade brasileira, as obras produzidas após a revolução buscam a originalidade, um caráter genuinamente nacional.

1930 é um momento em que se questiona “a identidade nacional brasileira, os obstáculos ao seu desenvolvimento e progresso, as formas de vencer o atraso horroroso.” (REIS, 2000, p. 117). Mesmo não rompendo completamente com a ordem econômica, social e política, a Revolução de 1930 estremece a base conjuntural e estrutural, dando margem a novas interpretações. Holanda é um dos intelectuais desse período, ele não faz apologia à colonização e sim uma dura crítica ao caráter da colonização e aos colonizadores.

Raízes do Brasil é uma produção historiográfica de cunho político, que transmite uma preocupação com o autoritarismo oligárquico e a violência revolucionária e ressentida do escravo, a busca pela superação do legado português no Brasil: a obra propõe um Brasil sem senhores e sem escravos, habitados por cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi produzido a partir das discussões, avaliações, seminários, debates, leituras e pesquisas realizadas no componente curricular Historiografia Brasileira. Tem como fundamento, os discursos dos autores e seu lugar social e são importantes para compreendermos como, em diferentes momentos, emergem concepções distintas sobre a identidade e as raízes da formação social brasileira.

A proposta central dessa análise, é pensar a identidade nacional como construção ideológica e por isso, uma ‘celebração móvel’, fugaz, cambiável, onde a assimilação se dá através de diferentes sistemas de representações que buscam homogeneizar a sociedade.

Através dos estudos realizados na disciplina podemos perceber que esse processo de construção se dá a partir de mudanças estruturais e institucionais ocorridas na sociedade e este intimamente ligado as tramas e tessituras que se delineiam em torno do poder e da ideologia nacional: A criação do Colégio Pedro II com seu currículo modelo de excelência de ensino em 1837; o IHGB, fundado em 1838, que transmitia suas pesquisas ao currículo do “colégio padrão do Brasil” e a criação do Conselho Nacional

de Estatística em 1936, que dois anos depois da sua fundação apresentou uma nova divisão territorial brasileira, dividindo o território nacional em cinco regiões distintas, são exemplo de instituições que foram criadas com a finalidade de dar sustentabilidade aos discursos nacionalistas em vários períodos da história do Brasil.

Na historiografia Brasileira, Francisco Adolfo de Varnhagen, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda são nomes importantes, pois se identificam com as questões de sua época, estão no interior desses debates e refletem suas preocupações, interesses e objetivos nos seus escritos.

Nas obras aqui estudadas, percebermos que o pensamento de Gilberto Freyre e Varnhagen se distanciam e se aproximam em alguns pontos das suas escritas: Se aproximam no elogio a colonização portuguesa, no entanto, em função do período das obras e do lugar social destes autores, Freyre que vive em um momento de miscigenação crescente e o escravismo esta em baixa, não aborda a questão das três raças como Varnhagen mas, três culturas, criando o mito da democracia racial. Outra semelhança é que ambos consideram o índio inábil para o trabalho manual. Varnhagen abomina o escravo e o sistema escravista que promoveu um acúmulo de negros, sujando a ‘raça pura brasileira’, Varnhagen, ao escrever História Geral do Brasil, deu origem a um enredo temático e base cronológica utilizados por um longo período nos livros didáticos. Freyre vê no povo negro uma importante contribuição cultural, rica, alegre, sensual, forte. Na sua perspectiva, sem o negro e a harmonização entre as culturas na colonização do Brasil, não teria sido efetivamente possível.

Sergio Buarque de Holanda escreveu poucos anos depois de Casa grande e Senzala de Gilberto Freyre, uma obra de cunho político e sua escrita diferencia-se bastante destes dois autores, pois ele critica a atuação dos colonizadores portugueses. Não vê no legado ibérico um fator positivo, nem almeja uma sociedade harmônica a partir da cultura de negros, brancos e índios como pensa Freyre, mas, a partir de um padrão de comportamento racionalizado, onde cada indivíduo tenha seu valor, com direitos e deveres: Um cidadão. Esse tipo ideal ele chamou de “homem cordial”, possibilitando uma sociedade igualitária, sem senhores nem escravos; Holanda acreditava que essa mudança de comportamento, essa revolução, se daria com a superação do legado ibérico no Brasil, e seria também uma mudança de espaço, do rural para o urbano, do agrário para o industrial. No entanto, assemelha-se com os dois autores supracitados quando se refere ao nativo brasileiro, ele o vê com inferioridade.

Sua obra tornou possibilitou questionamentos sobre cidadania e economia no Brasil colônia. Em Raízes do Brasil, Sergio Buarque critica duramente a colonização e os colonizadores e os responsabiliza diretamente pelo atraso político e social do brasileiro.

Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Varnhagen, cada um em sua época e a seu modo, tiveram a mesma função que as instituições fundadas pelo Estado: pedagogizar e enquadrar a sociedade, calando as diferenças em nome de uma hegemonia nacional.

Podemos compreender que para além de reflexos de projetos políticos, seus discursos são reflexos do lugar social. Estão vinculados direta ou indiretamente ao espaço e momento em que com os mais diversos fins, elaboraram as suas obras.

ABSTRACT

This article is the result of studies and research in the Brazilian historiography curricular component of the course Full Degree in History, State University of Paraíba. The central proposal of this analysis, is thinking about national identity as ideological construction and therefore a 'mobile celebration. To analyze the construction of national identity, previously discussed the concept of identity. Stuart Hall (2003) presents three concepts: The subject of the Enlightenment, the subject sociological, and the postmodern subject. From the postmodern subject, identity is pluralizes this form of assimilation and identity as well. One way to get these codes is the representation of national identity. The state uses the ideological and symbolic power to construct an identity, sustain itself and differentiate itself from other nations. This concern is most clearly delineated from the Second Empire in order to frame the nation under the same set of signs for this purpose, founded on IHGB and organs such as the College Pedro II. In 1844, Von Martius writes "As You Shall Write the History of Brazil, with the view of improvement of the three races: white, Indian and black; Subsequently, many works brought the race issue into focus, even in the 1930s, with the emergence of a new form of writing. With the New Republic, the State creates the National Statistics and this body divides Brazil into five regions, these updates do not occur randomly. In the late nineteenth century, changes redefine the world economy to a more dynamic, less agrarian, makes the Northeast may lose space to the southeast, which had a greater economic and political prominence, and came to represent the national ideology. Idealizing a national project, the state uses the ideological and symbolic power to create bonds of belonging in part to the whole, for it makes use of intellectual and organs that express national values. Among the intellectuals who wrote about Brazilian society, we will consider the work of Brazil Historia General de Varnhagen, House Masters and the Slaves by Gilberto Freyre and Roots of Brazil Sergio Buarque de Holanda. The speeches of these authors and their place in society are important to understand how emerging discourses of identity and the different conceptions about the roots of Brazilian society

KEYWORDS: National Identity - Historiography - Construction

REFERENCIAS

- AGRA, Luciano. *Um 'Olhar Historiográfico' Sobre o 'Nosso' Período Colonial*. 2008. <http://www.webartigos.com/artigos/um-039-olhar-historiografico-039-sobre-o-039-nosso-039-periodo-colonial/11604/>. Acessado em 22/02/2012.
- ANDRADE, Iara. *Algumas reflexões sobre o conceito de Identidade Nacional*. 2010. http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1271958796_ARQUIVO_IdentidadeNacional.pdf . Acessado em 26/05/11.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986. Pg.15
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.
- GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de Historia: A diversidade como “patrimônio sócio-cultural”. IN: *Ensino de Historia: Conceitos, temáticas e metodologias*. ABREU, Marta e SOIHET, Rachel. (Orgs). Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MESGRAVIS, Laima. "A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial". In: Marcos Cezar Freitas. (Org). "*Historiografia brasileira em perspectiva*". São Paulo: Contexto, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Relendo raízes do Brasil*. Notas de Leitura e Releitura de Livros Clássicos sobre o Brasil. 2000. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-71.RelendoRaizesDoBrasil-Holanda.pdf>. Acessado em 11/03/2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte. Autêntica, 2003. Pg. 90-137.
- REIS, José Carlos. Anos 1850: "Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa". In: REIS, J. C. "*As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC*". Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. "Anos 1930: Gilberto Freyre - O Reelógio da Colonização Portuguesa". In: *As identidades do Brasil 1*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 51 – 82.

_____. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim: A favor do Brasil: Direita ou esquerda?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. *Nação e Região: Os discursos fundadores*. Rio de Janeiro FUNARTE, 2000.

SOUZA, Laura de Mello. "Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial". In: Marcos Cezar Freitas. (Org.). "Historiografia brasileira em perspectiva". 1 ed. São Paulo: Contexto; Universidade São Francisco, 1998, p. 17-38.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal* (8ª ed.). São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975.

VASCONCELOS, Claudia Pereira. *A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional*. 2006. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecul2006/claudia_pereira_vasconcelos.pdf> Acessado em 09 de janeiro de 2012.